



Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Lagarto/SE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA Nº 022/2023

RATIFICO a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato. Lagarto/SE, 06 de dezembro de 2023.


Amilton Fraga Fontes
Presidente

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO, ESTADO DE SERGIPE, instituída nos termos da PORTARIA Nº 16, de 01 de fevereiro de 2023, vem justificar o caráter de inexigibilidade de licitação na possível contratação de serviços de assessoria para implementação do programa de adequação à lei geral de proteção de dados (LGPD), entre a Câmara Municipal de Lagarto e a CONSULEGIS SOLUÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS LTDA- EPP, em conformidade com o art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

CONSIDERANDO, que a inviabilidade de licitação, ocorre diante da impossibilidade jurídica ou técnica de competição, e na realidade é uma das hipóteses de excepcionalidade à regra que se refere o Art. 3º, da Lei nº 8.666/93, da qual se obriga a Administração Pública de sempre licitar.

CONSIDERANDO, que os serviços solicitados a serem prestados, são daqueles que taxativamente se arrima nos perfilhados no Art. 13, o que com precisão, encontra amparo no inciso III, do mesmo artigo, porquanto, os serviços de assessoria ou consultorias técnicas e auditorias financeiras, estão elencados naquele dispositivo legal. Frise-se ainda, por oportuno, que o inciso III, do Art. 13, da lei nº 8.666/93, se reporta a "assessoria ou consultorias técnicas..." de forma bem abrangente, não fazendo assim quaisquer restrições à consultoria técnica em questão.



Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Lagarto/SE

CONSIDERANDO, que em muito boa hora, o parágrafo primeiro, do Art. 25, da Lei de Licitações, delimitou a questão da notória especialização, ao dispor:

“Considera-se notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.”

CONSIDERANDO, que o CONSULEGIS SOLUÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS LTDA- EPP preenche os requisitos exigidos no parágrafo acima transcrito, conforme se depreende da vasta documentação que acompanha e instrue a presente justificativa, corroborada pela lição do imortal administrativista Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

“... serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral – aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou estágios de aperfeiçoamento.”

CONSIDERANDO, face os motivos acima elencados, que o CONSULEGIS SOLUÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS LTDA- EPP, no campo da sua especialidade, preenche os requisitos estabelecidos no Art. 25, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos.



Estado de Sergipe
Câmara Municipal de Lagarto/SE

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se compatível com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, em se tratando de uma empresa deste porte, conforme ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA acostados, fornecidas por alguns órgãos públicos que mantém contrato com o CONSULEGIS SOLUÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS LTDA- EPP. Observando, ainda, que em que pese os preditos ATESTADOS, a Comissão de Licitação teve o zelo de realizar pesquisa verbal de preços, junto a outras empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, tendo o CONSULEGIS SOLUÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS LTDA- EPP, sempre obtido preço compatível ao praticado pelas demais, mesmo sabendo que a notória especialização transcende a questão do preço, pela singularidade do serviço e do contratado.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Lagarto pelo acatamento da notória especialização e, no mesmo diapasão se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a inexistência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 25, inciso II, em harmonia com o Art. 13, inciso III, todos do Diploma Legal alhures referenciado. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidenta da Câmara Municipal de Lagarto-SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Lagarto /SE, 06 de dezembro de 2023.

Crislene da Silva Santos
CRISLENE DA SILVA SANTOS
Presidente da CPL

Deize dos Santos Martins Almeida
DEIZE DOS SANTOS MARTINS ALMEIDA
Membro da C.P.L.

Jamisson Nascimento Santos
JAMISSON NASCIMENTO SANTOS
Secretário da C.P.L